



UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE

**INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE CINEMA E AUDIOVISUAL**

**CINEMA E AUDIOVISUAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA GUARANI NO ESTADO DE MS**

**Graduando: Iulik Lomba de Farias
Professor Orientador: Sérgio Santeiro**

NITERÓI – RJ, DEZEMBRO DE 2014

DEDICATÓRIA

Dedico a meu pai, minha mãe e irmãos, sem os quais essa trajetória não seria possível.
Em especial à minha companheira Raquel e ao meu primogênito Aruã.
Que continuemos com os Guarani, “aprendendo a ser melhores”.

1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MS

Como se sabe, a emancipação político-administrativa do estado do Mato Grosso do Sul (MS) é recente. Até 1977 a região integrava o estado do “Mato Grosso”, e antes da chamada “Guerra do Paraguai”, quando as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina ainda não estavam rigidamente delimitadas e ocupadas pelos Estados Nacionais, era uma das regiões mais densamente ocupadas por povos Guaraní no cone sul da tríplice fronteira.

A partir da extensão massiva dos projetos desenvolvimentistas do Estado Brasileiro a extremo oeste, no final do século XIX e início do século XX, principalmente com o ciclo de produção da erva mate, as políticas do poder público se voltaram a um processo de colonização e exploração da região, alicerçadas ao pressuposto de integração das populações indígenas à sociedade nacional. Em consequência a isso, as reservas indígenas guaranis do MS começaram a ser estabelecidas próximas às cidades emergentes, e/ou aos ervais para subproletarização da mão de obra indígena.

O SPI (Serviço de Proteção ao Índio) delimitou, entre 1917 e 1930, as Reservas de Dourados, Caarapó e Paranhos com tal objetivo civilizatório-integracionista.

[...]Os primeiros indigenistas positivistas cobravam do governo federal que assumisse a proteção dos índios, em oposição à ação missionária. Essa posição derivava de uma estratégia política mais ampla que os positivistas reivindicavam para o Brasil [...]. Pretendiam que fossem estendidos aos índios os direitos políticos burgueses instituídos com a República. Com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, a corrente identificada com o Apostolado Positivista, em razão das novas condições históricas, passou a imprimir, na política indigenista oficial, uma fisionomia de "missão civilizadora" [...] (GIROTTO, 2006, p.83)

Por outro lado, as instituições religiosas como a Igreja Católica, a Metodista e a Presbiteriana, reivindicaram seus espaços no projeto da “missão civilizadora” liderado pelo SPI, e estrategicamente ocuparam as responsabilidades educacionais nas três reservas citadas acima; o Estado disponibilizou a estrutura física das escolas, e os missionários implantaram seu Projeto Político Pedagógico cristão-evangelizador.

Concomitantemente a isso, a expansão das grandes propriedades de monocultura foi responsável por um processo de violência exponencial, e a partir de 1935, quando o fluxo de ocupação não-indígena foi potencializado por políticas de loteamento durante o governo Vargas, mais de 70% das áreas nativas habitadas por etnias guaranis foram

transformadas em latifúndios de soja e cana de açúcar, obrigando muitas famílias a amontoarem-se nas mínimas reservas do SPI, ou a se transferirem para além da fronteira com o Paraguai.

Com o avanço dessa ocupação desordenada, os diversos povos Guaranis foram sendo concentrados compulsoriamente nesses pequenos espaços de reserva; ocorrendo, em muitos casos, a aglutinação de etnias distintas em um mesmo território, gerando transformações nas identidades étnicas e até mesmo disputas político-culturais que hoje coexistem nas lutas do Movimento Social Indígena por Educação Escolar Diferenciada e retomada dos territórios tradicionais.¹

Como explica o antropólogo Pimentel (2010, p. 16): “[...] Os Guaranis-Kaiowá são um grupo formado por duas etnias distintas, os Guaranis e os Kaiowá, falantes de dois dialetos hoje muito próximos da língua guarani. A realidade de contato e de agressões dos brancos os uniu nas últimas décadas – nem sempre de forma voluntária [...]”

As escolas das reservas passaram a se tornar um reflexo desse movimento, já em 1929 a escola da Reserva de Dourados tinha em seu quadro discente as etnias Guaranis-Kaiowá, Guaranis-Ñandeva e Terena, além dos chamados “mestiços”. A única língua utilizada era o português e as disciplinas se restringiam à escola dominical, cultos e alfabetização; sendo que até 1933 os esforços concentraram-se na alfabetização de adultos, mas com os fracassos obtidos priorizaram-se as crianças.

Mesmo com a extinção do SPI e a substituição de suas jurisprudências pelo novo órgão público, agora denominado Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após o Golpe Civil-Militar de 1964, o modelo de educação escolar protagonizada pelas Missões foi estendido sem modificações estruturais e/ou ideológicas, e somente no ano de 1979 a FUNAI tomou sua primeira iniciativa no âmbito da Educação, construindo a escola Ara Porã na Reserva de Dourados; que por outro lado, permaneceu sob influência do Projeto Político Pedagógico integracionista estabelecido pelos missionários.

Fator evidente nos enunciados das provas aplicadas pela Missão na escola:

O banho é indispensável ao asseio do corpo e a conservação da saúde. O banho diário constitui uma necessidade. As pessoas que tomam banho todos os dias se vêem dispostas para o trabalho, causando boa impressão

¹ Para as reflexões sobre o estado de Mato Grosso do Sul, sua formação e expansão do agronegócio foram utilizados os autores Benito, Glass, Moncau; Pimentel, Peres, Pyl, (2010) cujos artigos compõem a Revista Caros Amigos conforme referências bibliográficas.

com os quais convivem. (Várias provas, junho de 1965. Museu do Índio, Mf7)

Em contrapartida iniciou-se um processo de experimentação de modelos alternativos de Educação Escolar, com intensa participação de intelectuais de diversas áreas do conhecimento, como antropólogos, lingüistas, historiadores, pedagogos, entre outros; e em 1985 através de parcerias institucionais entre Universidades e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), foi concretizado o Projeto Kaiowá-Ñandeva (PKN) na aldeia de Caarapó, que visava alfabetizar lideranças e mulheres em especial.

No ano de 1991 ocorreu o I Encontro de Professores Guarani e Kaiowá como desdobramento do PKN, e também influenciado pela sanção do Decreto Lei 26/91 que transferiu as responsabilidades relacionadas à Educação Escolar Indígena da FUNAI para o MEC (Ministério da Educação), em consonância à Constituição de 1988. Do Encontro frutificaram as primeiras diretrizes etnopolíticas do movimento de professores Guarani e Kaiowá em pressão ao Estado para consolidação do direito à Educação Escolar específica e diferenciada. Um trecho da carta às autoridades, elaborada durante o Encontro nos elucida:

A nossa escola deve ensinar o Ñande Reko (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradição, nosso jeito de educar nossos filhos, de acordo com nosso jeito de trabalhar e com nossa organização). Para isso precisamos ensinar a nossa própria língua guarani. Mas precisamos também aprender alguma coisa do branco (português como segunda língua, as leis e outras coisas que nos interessam). (GIROTTO, 2006 p. 87)

Em resposta à toda articulação do Movimento de Professores, durante o período de 1993 a 1996 realizou-se a primeira experiência de Magistério Indígena para formação de professores Guarani e Kaiowá no estado, organizado pela UFMS, CIMI e FUNAI. Já no ano de 1999, por meio do Programa de Formação de Professores Leigos em Exercício (PROFORMAÇÃO) do MEC, iniciou-se o Magistério Permanente de formação de professores Guarani e Kaiowá, hoje intitulado Ara Verá, cuja primeira turma formou-se em 2003.

As discussões em torno da construção do Currículo Específico e do Calendário Diferenciado são continuamente desenvolvidas com protagonismo do Movimento de Professores Indígenas, em contraposição às imposições burocráticas e legais das instituições de Estado, e da pressão de segmentos sociais e políticos vinculados ao Agronegócio da região.

O Currículo prevê as disciplinas “*Ciências Sociais, Fundamentos da Educação, Línguas e Lingüística, Matemática, Ciências Naturais, Metodologias de Ensino, Estágio Supervisionado e Cultural Guarani e Kaiowá*”. Os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico são teko (cultura), tekoha (território) e ñe’ẽ (língua); o quadro docente é composto por indígenas e não indígenas, e os professores se dividem em duas categorias: “professores assistentes” que acompanham os cursistas em suas atividades nas Escolas Indígenas, e “professores ministrantes” que são responsáveis pelas aulas das etapas presenciais. Colocar nota de rodapé site

Em decorrência da sucessão de turmas formadas no Ara Verá, construiu-se uma grande demanda reprimida para a consolidação de um curso de nível superior. Foi então, que no ano de 2006, a UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), inaugurou a Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu”, que teve sua primeira turma graduada em 2011. O quadro docente possui hoje, dois professores Kaiowá concursados; e oferece habilitação em “Ciências Sociais”, “Ciências da Natureza”, “Matemática” e “Linguagens”; além de prever a abertura de mais duas habilitações para o ano de 2016, “Saúde Coletiva” e “Agroecologia”. Colocar nota de rodapé site

2. BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Estivemos na região da “Grande Dourados” ao longo dos meses de julho e agosto de 2011, e pudemos visitar diversos territórios Guaranis, alguns demarcados e outros não; comparecemos ainda, a reuniões políticas e ritualísticas, além de participar da “Aty Guassu”, a grande assembléia do Povo Guarani de MS, nos dias 19, 20, 21 e 22 de agosto; na qual estiveram presentes professores Guarani e Kaiowá de todo o estado, antropólogos, lideranças indígenas, rezadores e as rezadoras, chamados Ñanderus e Ñandesys.

Durante a “Aty Guassu” marcamos encontros com educadores e lideranças de três aldeias guaranis, uma situada na cidade de Dourados, chamada Mbororó, e outras duas localizadas nos distritos de Panamby e Crystalina, no primeiro fomos à aldeia Panambyzinho, e no segundo à aldeia Passo Pirajú.

Nessas ocasiões dialogamos sobre a possível contribuição do Cinema e da linguagem audiovisual para as comunidades Guarani como forma de comunicarem-se com outros segmentos da sociedade, como mecanismo de tornar público os maus tratos e o

descaso estatal para com os povos indígenas; e, principalmente, de como tornar a *imagem e som* veículos primordiais na disseminação “da semente Guarani em todo o continente latino-americano,” já que as câmeras digitais, os celulares e os notebooks, são uma realidade nos territórios indígenas.

Constatamos então, que os grupos e seus espaços escolares não possuíam equipamentos para produção audiovisual, o que não garantia independência e autonomia, sem mencionar que as possibilidades de acesso à internet eram restritas; além da dificuldade em dominar os códigos de linguagem e as propriedades técnicas das máquinas, o que inibia a materialização de suas imagens em filmes que lhes satisfizessem enquanto criadores e protagonistas sociais. Como observou Anastácio Peralta, graduando da Licenciatura Intercultural Indígena e liderança Guarani-Kaiowá da aldeia Panambyzinho:

[...] O site dos guarani era pra isso, só que nós não conseguimos escritores pra isso, então é essa coisa, tem que ter, não basta ser nosso se nós não conseguimos ser protagonistas, essa coisa que tem que ser cuidada. “Povo Guarani: o grande povo”... é um dos sites mais acessados a nível internacional, mas parece até que vai acabar, não tem quem escreve. [...]²

Eliel Benites, coordenador da Licenciatura Intercultural Indígena ainda acrescentou:

[...] O problema é você alimentar o site, tem que ter pessoas para alimentar, para ilustrar, porque tudo depende do conteúdo disponível. Quanto mais ilustrado, quanto mais visível o site, mais acessado ele é. Na aldeia Jaguapiré íamos criar um (site), e o responsável técnico nos falou isso: ‘Tem que ter ferramentas pra manter os conteúdos, as imagens, os vídeos, os artigos’. [...]³

De fato, muitas experiências de inserção da linguagem audiovisual nas comunidades guaranis já foram efetuadas, diversos programas governamentais financiaram oficinas técnicas para os mais variados experimentos de inserção do vídeo nas aldeias como arma na comunicação mútua entre os povos indígenas envolvidos; porém, a construção de infraestrutura local para que se pudesse dar segmento a realização cinematográfica não era a prioridade do Estado.

² Entrevista realizada com o professor em 2011.

³ Entrevista realizada com o professor em 2011.

Por outro lado, nas diversas reuniões que tivemos, muitos dos presentes afirmavam terem participado das primeiras intervenções de introdução do audiovisual nos territórios, e de imediato nos deparamos com discussões extremamente maduras no sentido da fomentação da inclusão digital nas aldeias como fortalecimento e valorização da cultura guarani nos territórios indígenas. O Movimento Indígena já tinha uma Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI), formalizada e atuando intensamente nos territórios em disputa, com experiência em duas oficinas realizadas no estado entre 2010 e 2011, Vídeo Índio Brasil e Ava Marandu.

No espaço escolar, por exemplo, o assunto era abordado coletivamente, muitos dos realizadores indígenas naquele momento já eram graduandos da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, e professores regulares nas escolas indígenas de seus territórios. Os docentes responsáveis pela educação das crianças e adolescentes, em sua maioria, estavam conscientes e instruídos sobre como inter-relacionar o Cinema com suas próprias necessidades étnicas.

A Escola tinha lugar fundamental na apresentação dos contrapontos ao discurso etnocêntrico não-indígena, e os educadores, por sua vez, eram os principais responsáveis por vislumbrar novos caminhos para legitimar o Cinema como ferramenta para o questionamento e a problematização dos padrões vigentes. A Educação Escolar e a linguagem audiovisual articuladas na proposição de mudanças pedagógicas e sociológicas, comprometidas com a reivindicação dos direitos étnicos de expressão e democratização das novas mídias e tecnologias.

Como relembra Arroyo:

[...] A educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. [...] estamos em um tempo propício, oportuno, histórico para repensar radicalmente a educação, porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos. [...] (ARROYO, 1999, p. 18)

Os professores, a principal categoria envolvida na construção história e cotidiana da Educação Escolar Indígena, organizada em elaborar dinâmicas duradouras e contínuas de apropriação das novas linguagens e tecnologias, mas que no momento enfrentava dificuldades em encontrar subsídios e meios de produção para difundir e produzir materiais audiovisuais com autonomia, para maior afirmação e representação dos Guarani enquanto grupo produtor de imagens e sons. Eliel Benites mais uma vez elucidou:

[...] O registro de todo nosso movimento... O que seria esse registro? Seria você acompanhar toda nossa trajetória. Porque hoje nosso movimento é registrado por pessoas de fora, os vídeos, as gravações... E eles vão para o outro lado de novo, nada fica conosco em forma de acervo, futuramente como fonte de pesquisa, pra retomarmos, nós temos que ter isso, isso é uma coisa muito importante para nós. [...]

Diante das considerações de Benites, é fundamental que a própria população Guarani registre sua trajetória, em suas próprias comunidades, para dominarem progressivamente as operações técnicas para desenvolver suas pesquisas audiovisuais independentes de intermediários não-indígenas; não é desejado pelos Guarani que apenas o olhar do *outro* registre as suas experiências.

Por isso, o principal objetivo traçado em nossos diálogos, foi de produzir documentários etnográficos filmados pelos próprios indígenas para distribuição nas escolas guaranis no território sul-mato-grossense para serem utilizados como material didático. Os vídeos seriam produzidos durante nossa atuação nas comunidades por meio do desenvolvimento de oficinas, capazes de fomentar o registro autônomo de momentos de experiência dos saberes tradicionais para serem incorporados ao acervo bibliográfica das escolas, como forma de reflexão crítica das dinâmicas pedagógicas desenvolvidas na Educação Escolar Indígena, bem como relativizar as relações interculturais construídas no cotidiano da Escola.

Foram envolvidas cerca de 15 mil pessoas direta e indiretamente, entre educadores e estudantes indígenas de todas as idades que participaram das filmagens, das oficinas, e também das exibições dos vídeos em diversos espaços, como Universidades, Escolas Indígenas e Festivais de Cinema. Além de pesquisadores e membros de movimentos sociais envolvidos com a questão indígena no MS.

Não tivemos, conquanto, a intenção de transformar os vídeos em produtos comercializáveis, mas sim de materializar os múltiplos olhares em discursos comprometidos com as necessidades humanas, expressivas, e educacionais dessas pessoas ansiosas por alternativas eficazes de valorização da cultura, e do modo de vida Guarani na Educação Escolar oferecida pelo Estado.

3. POR UM CINEMA DE OLHAR INDÍGENA

É de real importância que os povos guaranis tenham sua carga cultural materializada em *imagem e som* próximos de si; e ainda mais, esses materiais devem ser também captados por eles, por seus próprios olhares guaranis em busca de sua resistência diante das imposições estéticas da linguagem audiovisual hegemônica.

As TVs abertas, por exemplo, são há mais de 10 anos realidade nessas comunidades, a presença das rádios então, é ainda anterior. Os meios de comunicação em massa já circulam e transmitem estereótipos da cultura de massificação, difundem conceitos cristalizados na necessidade de consumo imediato, e utilizam a língua portuguesa dominante, além do inglês frequente nas AMs e FMs locais.

Esses grupos convivem, portanto, com as constantes interferências das realidades vinculadas nessas emissoras, e a lógica de identificação dos espectadores, tenciona uma aproximação ideológica do ocidentalismo de mercado, de noções cosmopolitas. As feições, as vestimentas, as instrumentárias, tudo segue o padrão estético e formal da cultura não-indígena dominante, está excluído do universo fílmico, aspectos da condição identitária específica desses grupos indígenas.

[...] longe de seguir um modelo da realidade, o filme vai seguir as modalidades de pensamento, ou seja, assumir aquilo que ele é: discurso. Longe de professar um realismo entendido como projeção objetiva da realidade social na tela [...] Cinema é um discurso e é ideológico. [...] (XAVIER, 1977, p. 110)

A identificação ocorre, pois, de acordo com os ícones centrais representados em cena, e eles, por sua vez, não dialogam com o universo cultural das etnias indígenas, todos vinculam padrões e conceitos intrinsecamente relacionados à indústria midiática e ao imediatismo contemporâneo. Não obstante, a imprensa regional tenta a todo o momento minimizar as lutas e os argumentos indígenas nos entraves políticos, impulsionando a opinião pública e o senso comum ao julgo não-indígena. Sem mencionar os progressivos incentivos governamentais para inserção massiva dos povos indígenas no mercado de trabalho urbano, que ofuscam a real importância da permanência diária nos territórios tradicionais para garantir a sustentação e a subsistência coletiva das comunidades.

[...] por mais absurdo que possa parecer, no Brasil há quem avalie- não sem dados para isso- que em Mato Grosso do Sul está em franco andamento uma política genocida de promover uma espécie de holocausto contra os Guarani e os Kaiowá, muitos dos quais vivem em reservas indígenas superlotadas que lembram campos de concentração. [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 1)

As consequências e os flagelos advindos dessas limitações territoriais são notórios: a cada ano aumentam os suicídios entre os jovens e os assassinatos políticos das lideranças. Somente nos três anos últimos, foram registradas mais de 20 mortes no contexto de conflito de terras na região: entre as vítimas estão dois professores, Rolindo e Genivaldo Vera, assassinados na cidade de Paranhos após a ocupação da Fazenda São Luiz, território chamado pelos Guarani de Ypo'i, além do cacique Nísio Gomes, morto a tiros no dia 18 de novembro de 2011 no acampamento Tekoha Guayvirý na cidade de Aral Moreira.⁴

Diante de tamanha violentação, qual o verdadeiro valor e papel do cinema nessa realidade de encontro e confronto de culturas; na qual as minorias necessitam de meios expressivos para garantir sua própria sobrevivência, sua própria voz diante da lógica cultural que as oprime?

[...] Não é possível isolar a arte e muito menos o cinema: o cineasta é um homem que se mobiliza diariamente, [...] dos apartamentos de luxo aos pontos mais distantes da selva – e por isso, se tem um mínimo de sensibilidade, será penetrado por uma realidade tão complexa que põe constantemente em dúvida o mundo em que vive. [...] (ROCHA, 2004, p. 138)

Certamente, a força da linguagem audiovisual para os Guarani, não está em sua capacidade de hegemonizar alguns realizadores indígenas, ou de concentrar a produção em poucas pessoas para legitimar a indústria cinematográfica ou televisiva; o Cinema pode contribuir para a valorização de novas leituras de realidade, novas perspectivas organizadas em forma de discurso cinematográfico, apresentando novas semânticas e significados para o contexto social e político aos quais os Guarani estão expostos.

Os povos indígenas almejam se tornar auto-suficientes em sua produção de imagens, comprometidos com as necessidades étnicas específicas de afirmação cultural diante dos embates travados com a sociedade dominante; enfim, desejam suprir suas próprias prerrogativas através da linguagem audiovisual, tendo a possibilidade de abordar

⁴ Para as reflexões sobre a realidade dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, foram utilizados os autores Benito, Glass, Moncau; Pimentel, Peres, Pyl, (2010) cujos artigos compõem a Revista Caros Amigos conforme referências bibliográficas.

livremente temáticas que os auxiliem na construção coletiva de suas estratégias de resistência.

De face a isso, refletimos coletivamente possíveis maneiras de valorização da cultura Guarani por meio dos registros audiovisuais. De que maneira garantiríamos o empoderamento desses povos com a inclusão digital que estava em curso? O acadêmico Kaiowá da Licenciatura Intercultural Indígena Raimundo Vogarin, da aldeia Jaguapirú de Dourados, magistralmente observou:

[...] A comunidade está passando por uma profunda transformação. [...] A tecnologia é uma arma, um instrumento tão poderoso que se não souberem utilizar, pode destruir a sua própria identidade. [...] Mas com diálogo de culturas, se constrói uma cultura. Caberia a nós indígenas sentarmos, discutirmos e avaliarmos qual será o caminho mais viável para nós e para nossas comunidades.⁵

A relevância do Cinema para os povos Guaranis, por certo, está na possibilidade de esses grupos dialogarem por meio dessa nova linguagem, reafirmando seus direitos humanos e políticos inalienáveis diante da exploração agropecuária cada vez mais pujante em solo sul-mato-grossense. Se a terra ainda não lhes pertence, a voz não lhes poderá ser negada.

Não se trata, portanto, de formar olhares, os olhares formam-se progressivamente, os mecanismos e as ferramentas para difusão e elaboração desse olhar, já fazem parte do cotidiano das aldeias, basta possibilitá-los a experiência. Além disso, os Guarani, como vimos, tem total consciência da importância e da necessidade imediata de lançar mão dessas “armas” para sua caminhada futura.

Portanto a discussão é mais ampla. A questão já não se coloca apenas na esfera da socialização dos meandros da realização cinematográfica pré-estabelecida, e sim da valorização das diversas imagens criadas pelos olhares indígenas, independente da tecnologia usada; em uma busca por outro Cinema possível, estruturado em novas lógicas de produção e relação humana. O local de atuação das imagens indígenas não consiste nos coquetéis de estreia dos grandes cinemas da França: o “fronte” é aqui, e agora.

Durante as pesquisas de campo em Dourados, acompanhamos os professores indígenas em dois tekohas distintos, um Ñandeva, liderado pela Ñandesy Dona Teresa, e outro, Kaiowá, liderado pela Ñandesy Dona Alda; nos quais documentamos coletivamente, momentos do cotidiano familiar dessas etnias, priorizando o espaço-tempo da troca dos

⁵ Entrevista realizada com o professor em 2011.

saberes tradicionais. Durante vários dias participamos de reuniões dançantes, os Guaxirés; da preparação da Xixa, bebida feita a partir da moenda do milho branco, o Avati Moröti; além de acompanhar momentos de ensino-aprendizagem dos cantos-reza entre as mais variadas gerações.

Alicerçamo-nos, portanto, a uma perspectiva antropológica que desvendasse os caminhos do saber ancestral experienciado diante da câmera, registramos as diversas performances através do que pode-se chamar Cinema Direto, direcionando nosso olhar àquilo que simbolizasse o diálogo entre educador e educando, mestre e aprendiz. Como considera Ramos:

A partir dos anos 60, com o aparecimento da estilística do Cinema Direto/Verdade, o documentário mais autoral passa a enunciar por asserções dialógicas. Assemelha-se, então, ao modo dramático, com argumentos sendo expostos na forma de diálogos. O mundo parece poder falar por si, e a fala do mundo, a fala das pessoas, é predominantemente dialógica. A tendência mais participativa do Cinema Direto/Verdade introduz no documentário uma nova maneira de enunciar: a entrevista e o depoimento. (2008, p. 24)

O cineasta Sérgio Santeiro reforça:

[...] ao reproduzirmos não só a situação fotográfica dos fenômenos abordados, mas, sobretudo, a fala e os sons focalizados, ruídos naturais e comentários dos circunstantes, é que se pode alcançar um conjunto de expressão autônoma, em que podemos ver as conscientes e as inconscientes, certamente mais reveladoras que a mera imagem. (2010, p. 1).

O cinema e o audiovisual podem ser janela de entrada das experiências do saber ancestral nas limitações do espaço escolar governamental. Fenômenos muitas vezes específicos aos espaços tradicionais familiares, podem então ser integrados ao dia a dia da Escola, no intuito de interagir dois ambientes que objetivam possibilitar a educação, ou seja, a formação e construção humana dos sujeitos viventes, mas que na realidade se vêm distantes e contrários, muito em decorrência do modelo instituído de Ensino não contemplar as demandas étnicas dos povos guaranis.

Sendo assim, após reuniões realizadas em diversas escolas indígenas, concluímos que a forma mais legítima de contribuição do Cinema para a realidade Guarani, seria a disponibilização das filmagens em forma de material didático, como mecanismo de intersecção entre o ambiente escolar, e o universo étnico tradicional; o vídeo seria o elo entre a ancestralidade, e a educação intercultural.

É, portanto, substancialmente nas próprias comunidades, nos próprios territórios guaranis, que as imagens indígenas devem circular. Os filmes reacendem possibilidades, apresentam alternativas, questionam realidades. O Cinema por fragmento do real que é, possui o peso de verdade, o argumento de autoridade, e poderá ser ferramenta poderosa na legitimação dos discursos étnicos guaranis diante da opressão cultural vivida por esses povos; uma forma de construção dialógica das bases teóricas, metodológicas e políticas da Educação Escolar Indígena nos etnoterritórios Guarani.

A linguagem audiovisual certamente contribuirá para a disseminação de aspectos medulares da identidade étnica guarani entre os diversos grupos espalhados em todo o estado do MS. A identidade guarani que é por vezes atravessada pelas intervenções autoritárias e violentas da cultura ocidental hegemônica, encontra no Cinema potencial auxílio para introduzir a nova linguagem em suas escolas como prática pedagógica de ensino que fortaleça a autonomia indígena; e viabilize a afirmação da imagem e do som como didática tangível na Educação Escolar Indígena.

Tal processo de apropriação das técnicas e mecanismos de realização audiovisual se faz proeminente, e o vídeo nas aldeias indígenas deve ser pensado com mais seriedade por parte do Estado brasileiro, já que é fato o crescimento contínuo do número de realizadores das mais variadas etnias. Necessita-se, portanto, da estruturação de uma política sólida e diferenciada de fomento ao audiovisual indígena, e de investimentos públicos permanentes para a produção cinematográfica nos territórios Guarani especificamente direcionados para atender a realidade vivida por esses povos, tendo vínculo direto com as lógicas culturais consolidadas diariamente nos tekohas, objetivando o pleno restabelecimento desses indivíduos em seus locais de origem, e de direito.

4. A PEDAGOGIA GUARANI E O DIÁLOGO COM O CINEMA

A Educação Escolar Indígena Guarani, no Brasil vem sofrendo diversas modificações estruturais e pedagógicas desde a Constituição de 1988, a LDBN de 1996, os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Escolar Indígena até o Decreto Lei nº 6.861, que reconhece os Territórios Etnoeducacionais, como espaços que demandam novas estratégias de construção histórica da educação escolar. Estratégias essas, que devem contemplar as especificidades culturais dos povos indígenas, e também suas demandas de consolidação de autonomia e protagonismo étnico nos direcionamentos pedagógicos da escolarização.

Em consequência, aumentaram-se os esforços em estabelecer bases conceituais e epistemológicas, que subsidiassem a implementação de novas lógicas educacionais nesses territórios, que promovessem avanços institucionais e de funcionamento, e que garantissem características diferenciadas à Educação Escolar fornecida pelo Estado.

Baniwa reitera:

O Decreto dos Territórios Etnoeducacionais estabelece que os sistemas de ensino (Federal, estaduais e municipais) passem a atender as demandas educacionais escolares dos povos indígenas a partir de seus espaços e de suas relações etnoterritoriais, ou seja, a partir das realidades concretas e das demandas dos povos indígenas, considerando suas relações socioculturais, conectados aos seus territórios. (2012, p.102)

Portanto, novas dinâmicas de ensino deveriam ser formuladas, de maneira a colocarem os povos indígenas, em posição central do desenvolvimento pedagógico da Educação Escolar Indígena; transformações na atuação de educadores e gestores deveriam ser incentivadas, assim como a reformulação curricular e metodológica do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Nesse sentido, a apropriação da linguagem audiovisual, vem de encontro a esses pré-requisitos, e abre possibilidades didáticas até então não vislumbradas nos Territórios Etnoeducacionais Guarani.

O cinema indígena na sala de aula, por exemplo, passa a se tornar uma possível intersecção entre os espaços tradicionais de elaboração e transmissão geracional do conhecimento e as delimitações formais da instituição escolar. Espaços nos quais os saberes indígenas são perpetuados historicamente, incorporados ao contexto concreto do

exercício pedagógico cotidiano, sem desfigurá-los a partir da supressão e/ou hierarquização de um pelo outro; mas sim complementando-se, como reivindicam recorrentemente, os próprios movimentos sociais indígenas.

Maria Inês de Freitas, professora Kaingang, em sua comunicação oral no VI ELESÍ (Encontro de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas) salientou:

[...] como a escola pode estar aproximando a vida real das crianças com o cotidiano escolar? A gente percebe um distanciamento demasiado e é por isso que a escola não se torna interessante para as crianças. Quando a vida escolar e o cotidiano ficam muitos distantes, fica polarizado, ou ela abre mão de um e opta por outro e aí tem prejuízo para a cultura. (2005)

Por meio do audiovisual, o espaço tradicional de produção cultural indígena não seria deturpado a uma circunscrição modelada por um ensino não-indígena, mas pelo contrário, o espaço da escola é que seria ocupado etnicamente com a maior circulação do audiovisual indígena em sala de aula; a janela de exibição, como porta de entrada das imagens e dos discursos étnicos, em uma Escola conservadora e limitada.

D'Angelis, pontua:

A ilusão ingênua ou espontaneísta com que alguns acreditam na força das formas tradicionais da educação indígena como contraponto à escola se dissolve diante das mudanças rápidas que a escola introduz – ou serve de veículo de introdução – em muitas comunidades. Por isso, o Projeto Político-Pedagógico de uma escola indígena deveria dar mais atenção aos valores, atitudes e princípios – ou seja, ao que efetivamente define uma cultura[...]. (2012, p. 109)

O discurso cinematográfico apresentaria semânticas não homogêneas que dariam vazão a outras alternativas pedagógicas, a outros significados étnicos às disciplinas já cristalizadas na trajetória da educação convencional em busca de transformações esperadas nos Projetos Político-Pedagógicos da Educação Escolar Indígena.

Nobre (2009) elenca 11 aspectos, que ele acredita serem característicos de uma pedagogia guarani específica, que se reafirma na educação escolar indígena num caráter de resistência cultural e busca por protagonismo étnico. São eles: 1. Autonomia, liberdade e descontração das crianças; 2. Forte participação das crianças; 3. Grande curiosidade e observação; 4. O Guarani como língua de instrução: bilinguismo de manutenção e resistência; 5. Forte presença da oralidade com um certo desapego à escrita; 6. Necessidade de preservação da cultura o “*Nhande Reko*”; 7. Presença de ritual e formalismo nas aulas;

8. Ocorrência de imitação; 9. Ocorrência de repetição nas atividades; 10. Grande respeito mútuo nas relações e 11. Grande ocorrência de desenho nas atividades. (p. 33 a 47)

Bergamaschi (2005) também apontou, em pesquisas nas aldeias guarani no Rio Grande do Sul, características da educação tradicional guarani semelhantes às encontradas por Nobre (2009) aqui no Rio de Janeiro: a curiosidade; a observação; a imitação; a autonomia; a oralidade; e o aprender mais do que o ensinar.

Aprimorar e ressignificar a apropriação da linguagem audiovisual por parte dos Guarani, seria, portanto, uma forma de rompimento com os paradigmas conceituais e metodológicos hegemônicos no processo da escolarização; e elucidariam caminhos de legitimação da cultura indígena como propulsora prioritária da pedagogia guarani em exercício no cotidiano da sala de aula, em um sentido de consolidação da autonomia e do protagonismo étnico na construção pedagógica da Educação Escolar nos Etnoterritórios.

Nobre reforça:

Ao possibilitar a instrumentalização dos recursos audiovisuais por parte dos jovens e adultos indígenas, cria-se a possibilidade de ela pensar, discutir, executar, montar, exibir e analisar produtos audiovisuais, que reflitam sua cosmovisão e reforcem no âmbito simbólico e cultural seus projetos de futuro, reafirmando e fortalecendo identidades. (2012, p. 15 e 16)

Quando educadores, estudantes e gestores indígenas estiverem engajados na apropriação audiovisual, conscientes de criarem espaços de circulação e produção cinematográfica na Educação Escolar Indígena, existirá a alternativa de elaboração e realização colaborativa dos materiais didáticos audiovisuais a serem utilizados, em um fluxo de retroalimentação entre corpo docente, discente e a escola.

5. OFICINAS CINEMA-EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS GUARANI DO MS

Entre os dias 13 e 30 de Janeiro de 2013, realizamos Oficinas Audiovisuais ministradas pela equipe da Ação de Extensão UFF Cinema-Educação nas escolas Indígenas Guarani de Mato Grosso do Sul, nas dependências da FAIND (Faculdade Intercultural Indígena) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) na cidade de Dourados-MS; contemplando 20 jovens e adultos, entre professores, estudantes e realizadores audiovisuais Guarani-Kaiowá de três aldeias diferentes da região, Panambyzinho, Tey Kue e Jaguapirú. Ao todo tivemos três semanas de trabalho divididas entre pré-produção, filmagens, e edição/finalização, durante as quais foram produzidos seis curtas-metragens de caráter documental-etnográfico para serem utilizados em sala de aula pelos próprios indígenas Guarani de MS, Kanhy Nhande Hegwi Nhanderu (4:47 min); Kaiowá Reko Ete (4:16 min); Ongusu Porahei Ha Kotyhu (7:00 min); Avati Moroti Ha Mboraei (4:45 min); Jeroki Jehovaha (7:00 min); e Kaiowá Ha Guarani Rekombo'E (5:11 min).

Como nossa Ação de Extensão não previa verbas para deslocamento da equipe técnica até a região da Grande Dourados, onde o projeto foi desenvolvido, as oficinas tiveram apoio financeiro fundamental da UFGD no custeio desses gastos. Além da minha presença, e das professoras Eliany Salvatierra Machado, do departamento de Cinema/UFF, e Ana Lúcia Ferraz do departamento de Antropologia/UFF, que eram membros permanentes da ação extensionista, outros quatro estudantes da UFF fizeram parte dos workshops como monitores técnicos; foram eles, Adriano Rayol Pinto (Cinema e Audiovisual), Pedro Felix (Cinema e Audiovisual), Renato Teles (Cinema e Audiovisual) e Bárbara Morais (Antropologia), sem mencionar outros cinco mediadores de outras instituições de ensino, Raquel Fernandes Canário (Bacharel em Comunicação Social), Verá Mirim Cáceres (Cineasta Guarani-Mbya), Guilherme Gravina (Filosofia-UFJF), Bruno Rocha (Ciências Sociais- UFJF) e Gabriel Bilig (Escola de Cinema Darcy Ribeiro).

O objetivo principal da oficina era de produzir vídeos curtos que registrassem os anciões em momentos de experiência dos saberes étnicos ancestrais para serem utilizados como material didático em sala de aula, como uma forma de valorizar os conhecimentos tradicionais indígenas no espaço da escola governamental. E por outro lado, em especificidade, tínhamos como objetivo, não somente capacitar jovens de diferentes aldeias

a operarem equipamentos de produção cinematográfica, como câmeras, gravadores de som, computadores de edição; mas também de estabelecermos reflexões sobre as potencialidades do Cinema para intermediar as trocas de saberes geracionais na Educação Escolar nas Aldeias, pois a maioria do público participante das oficinas já atua como professores nas reservas do estado, e compõe a ASCURI (Associação Cultural dos Realizadores Indígenas de Mato Grosso do Sul).

Dessa maneira, nossa questão-problema foi de atender às demandas dos educadores/realizadores indígenas em relação àquilo que eles esperavam da educação escolar em seus territórios, e primordialmente, do que esperavam do Cinema e do Audiovisual na construção de uma dinâmica pedagógica que suplantasse as necessidades educacionais particulares aos povos Guaranis, e que fosse capaz inclusive, de interseccionar a cultura indígena e os conhecimentos convencionais não-indígenas em diálogo inter-étnico, sem caráter etnocêntrico, e respeitando o bilinguismo.

Pela realidade de vida dos povos Guaranis do MS ser de extremo contato intercultural com a sociedade não indígena, e a maioria das aldeias ser circundada, ou por grandes propriedades de terra, ou por pequenas e médias cidades, as populações indígenas estão continuamente em confronto direto com a cultura globalizada contemporânea a partir do acesso aos meios de comunicação em massa, como rádio, televisão e internet; os celulares e as câmeras digitais, por exemplo, são ferramentas já disseminadas entre as etnias guaranis do sul do estado, muito em função do preço reduzido oferecido pelo mercado da fronteira com o Paraguay.

Como conseqüência, a habilidade dos jovens no manuseio dessas tecnologias é algo notável à primeira vista, muitos deles produzem suas próprias imagens para alimentar redes sociais e sites de compartilhamento, são responsáveis diretos pela criação e circulação de suas mensagens audiovisuais, de seus discursos imagéticos e sonoros; muitos estudantes adolescentes das escolas situadas nas etnoterritórios possuem equipamento de captação de imagens e mesmo que sem instrução técnica, são extremamente íntimos dos comandos básicos do fazer cinematográfico.



O olhar é experimentado com independência através das lentes ópticas das handcams, sem necessariamente haver o intermédio de não-indígenas na relação com os equipamentos, e portanto a proximidade com o funcionamento das máquinas traz esses jovens para um local de protagonismo na vida cotidiana com as novas formas de tecnologia e seus caminhos para educar, o que faz deles peças indispensáveis na ponte entre as Casas-de-Reza, as Ongus, os rezadores, Ñanderus e Ñandesys, e as escolas estatais das aldeias, podendo minimizar as distâncias físicas e sócio-culturais entre esses dois espaços hoje tão distintos, apesar de complementares.

A Ñandesy Dona Floriza sabiamente nos elucida “O professor do professor é o Ñanderu (rezador), é ele que ensina a cultura (Guarani), sem ele para abençoar ninguém aprende nada. Os professores tem que aprender com os Ñanderus e as Ñandesys para depois ensinar na escola.”⁶

A concepção de ensino-aprendizagem dos povos guaranis está diretamente ligada ao fazer tradicional, aos modos de organização familiares de divisão do trabalho, e mais ainda, está alicerçada no diálogo entre as gerações; mas por outro lado quando visitamos as escolas das aldeias não nos deparamos com essa realidade, pelo contrário, o que existe é um modelo de Escola pré-estabelecido pelas políticas públicas que não reconhecem, nem valorizam a cultura Guarani.⁷

Nesse sentido é que identificamos no Cinema uma importante alternativa de inter-relacionar os espaços tradicionais de troca de saberes com as delimitações da Escola

⁶ Entrevista realizada em 2013.

⁷ BEZERRA, Marcos Otávio. **Panambi**: Um Caso de Criação de uma Terra Indígena Kaiowá. Cadernos de Graduação. n. 5, Rio de Janeiro: EDUFF, 1994, p. 60-67.

regular; o Cinema atuaria primordialmente como porta de entrada dos rezadores nas salas de aula, contribuindo na busca por uma Escola com real função de atender as expectativas e anseios dessas etnias, e que compreenda suas necessidades culturais de afirmação e reafirmação indentitária diante da realidade de embate constante com os representantes do Agronegócio.

O Cinema e o Audiovisual trazem às telas a fisicalidade dos corpos, a rítmica e a fluidez das dinâmicas empenhadas pelos grupos em rituais, e dão a possibilidade de analisarmos os movimentos corporais fracionados, de identificarmos o deslocamento específico dos indivíduos nas práticas culturais coletivas, e também de acompanharmos, por exemplo, a trajetória dos membros do corpo do Ñanderu ou da Ñandesy, no momento da encenação de cantos e danças xamânicas, dando luz à estruturação dos movimentos utilizados, facilitando a identificação dos atos indispensáveis para a execução de um determinado ritual.

E como a intenção dos povos guaranis é exatamente de inserir nos conteúdos escolares os aspectos identitários fundamentais para a perpetuação da cultura tradicional, alinhando-se à perspectiva de Território Etnoeducacional estabelecida pelo governo brasileiro, o Cinema vem a ser um poderoso aliado para assegurar o espaço étnico dentro de um modelo de Escola Estatal pré-concebido verticalizadamente.

Como relembra Gersem Baniwa: “Com a instituição dos Territórios Etnoeducacionais, o Estado brasileiro reconhece o processo histórico de etnoterritorialização dos povos indígenas e abre novas possibilidades de recuperação das autonomias étnicas indígenas no interior do Estado”.⁸

Por tal motivo o público das oficinas foi substancialmente formado por jovens estudantes das escolas indígenas das reservas, e pelos professores indígenas que compõe a ASCURI (Associação dos Realizadores Indígenas Guaranis de Mato Grosso do Sul), para que de fato os Guaranis tivessem autonomia no direcionamento das atividades de filmagem em campo, selecionando os temas, pessoas e locais indispensáveis para a legitimidade desse material didático-pedagógico audiovisual a ser produzido, e depois utilizado por eles na Educação Escolar nas Aldeias.

⁸BANIWA, Gersem. **Territórios Etnoeducacionais**: um novo paradigma na política educacional brasileira. In.:Etnologia indígena e Indigenismo. Brasília: Editora Positiva, 2012, p. 107.

Os espaços das oficinas interculturais são e foram, portanto, acima de tudo uma oportunidade de diálogo entre os monitores não-indígenas e os aprendizes indígenas, pois muitas vezes os técnicos empenhados nos workshops não tem, ou nunca tiveram contato com as comunidades, e necessitam então, de uma primeira socialização para sensibilizarem-se da realidade concreta vivida pelos moradores dos etnoterritórios, para melhor compreenderem seu papel na troca dos saberes específicos da prática audiovisual, sem menosprezarem ou desconhecem por completo a sabedoria milenar construída historicamente pelos povos indígenas.

E é nesse sentido que o antropólogo Darell Posey defende:

“Se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos, que sobreviveram com sucesso por milhares de anos [...] Essa posição cria uma “ponte ideológica” entre culturas, que poderia permitir a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno.”⁹

5.1 METODOLOGIAS DE ABORDAGEM

Como foi dito anteriormente, os trabalhos no workshop foram iniciados no dia 13 de janeiro de 2013. Pela manhã, realizamos uma primeira exposição geral para ouvirmos dos participantes suas ambições em relação às atividades dos dias subsequentes, suas maiores dificuldades e dúvidas no tocante ao manuseio dos equipamentos, e para que também sugerissem dinâmicas de intervenção nos territórios demarcados ou não. No período da tarde projetamos alguns trabalhos cinematográficos desenvolvidos pela ASCURI em oficinas anteriores, a fim de dialogarmos sobre os pontos fortes e as falhas técnicas eventuais, no intuito de elucidarmos caminhos metodológicos e práticos para atingirmos nossos objetivos em conjunto.

Feito isso, nos reunimos em assembléia para finalizarmos nosso cronograma de trabalho, e decidimos que nos três primeiros dias teríamos gravações externas em dois territórios diferentes da região da Grande Dourados, e os escolhidos foram Panambyzinho e Jaguapirú; sendo que no primeiro visitamos o tekoha de Seu Nelson, guardião do Curusu, a cruz típica dos Guarani-Kaiowá, que representa simbolicamente o corpo dos antigos Ñanderus, rezadores já falecidos, e também acompanhamos a construção da Ongusu, a

⁹POSEY, Darell. Cineastas Indígenas: um outro olhar. Disponível em: <http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_guiia_prof.pdf>. Acesso em: 07/11/2014

Casa-de-Reza de Seu Laudelino e Dona Iracema. Na Aldeia Jaguapirú, assistimos à encenação de Dona Floriza e Seu Jorge, que lideraram sua família Kaiowá na teatralização de uma suposta retomada de território sagrado do qual haviam sido expulsos anos antes por fazendeiros.

Após as gravações, no quarto dia de Oficina, nos encontramos nas dependências da FAIND (Faculdade Intercultural Indígena) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), e iniciamos o processo de seleção do material que tínhamos em mãos. Cada grupo de cinco educandos se reuniu em uma ilha de edição com os monitores da equipe técnica, e começaram, então, o trabalho de edição das imagens gravadas, avaliando a qualidade técnica e a relevância semântica dos fragmentos que iriam compor o discurso desejado.

A partir daí o trabalho se tornou mais lento, pois além de havermos captado muitas horas de vídeo, ainda tínhamos de sincronizar o som e imagem que haviam sido captados em diferentes plataformas; o áudio nos gravadores de som, e as imagens nas câmeras digitais. Por conseqüência disso, reservamos o quinto e o sexto dia para levarmos a cabo a garimpagem do material bruto.

No sétimo dia, após todos os grupos terem escolhido suas imagens, nos reunimos todos em assembléia novamente para assistirmos aos fragmentos selecionados; e então dialogamos sobre a necessidade ou não de captarmos vídeos adicionais, ou de até mesmo incorporarmos filmagens feitas independentemente pelos educandos antes da realização da oficina. Dessa maneira, alguns grupos optaram por recorrer ao acervo de arquivo, e outros preferiram sair a campo para coletar novas situações.

Sendo assim, no oitavo dia dividimos as equipes, aquelas que desejaram filmagens externas foram ao encontro de seus objetos fílmicos, e aqueles que se voltaram aos vídeos arquivados, permaneceram na FAIND trabalhando nas ilhas de edição. E já no dia seguinte, estávamos todos de volta a sala de aula nos debruçando inteiramente sobre as imagens reunidas.

Nos três dias que se seguiram, passamos o dia todo concentrados no trabalho de edição e montagem dos curtas a que nos dispusemos fazer. Experimentamos cortes, transições, e outras funções técnicas dos softwares de edição, como mecanismo de memorização dos comandos e atalhos disponíveis; e rapidamente, tanto os monitores, quanto os educandos, percebiam nosso avanço exponencial na lida com os computadores.

Quando atingimos o décimo terceiro dia de atividades, alguns grupos que se mostraram mais hábeis, já estavam na fase de finalização de cor e som de seus curtas, e a partir do momento em que julgassem acabado o trabalho, passavam a auxiliar os outros que tinham maiores dificuldades; criando uma dinâmica muito interessante de socialização dos conhecimentos adquiridos. Ao passo que a explicação do monitor não era compreendida por algum educando, outro que já havia sistematizado melhor as informações, as transmitia na língua Guarani para facilitar a absorção, desconstruindo a suposta separação de papéis entre eles e os responsáveis técnicos não-indígenas; atribuindo ao ambiente de trabalho uma lógica de aprendizado mútuo, sem valorização da rigidez nas eventuais relações hierárquicas de produção; garantindo, assim, o tão desejado protagonismo indígena nas diversas fases de feitura dos filmes que produzimos.

Depois de todos os grupos terem concluído seus curtas, o que só ocorreu no décimo quinto dia; demos início às traduções dos vídeos cujos grupos avaliaram necessário, já que como os filmes serão utilizados em salas de aula indígenas, não haveria a necessidade intransponível de legendarmos as obras, por isso a escolha foi facultativa. A etapa durou um dia, e logo em seguida, partimos para a editoração da cartela de créditos e títulos, para que pudéssemos finalizar as Oficinas com uma exibição aberta a todos os estudantes da Licenciatura Indígena *Teko Arandu* da FAIND; o que ocorreu com sensível sucesso no dia 30 de janeiro, após exatos dezoito dias de trabalho árduo, porém verdadeiramente prazerosos.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das Oficinas foram altamente favoráveis já que atingimos nosso objetivo geral de produzir vídeos curtos para serem utilizados na Educação Escolar nos Territórios Etnoeducacionais do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que um deles, Ongusu Porahei Ha Kotyhu, inclusive foi selecionado para a Mostra Competitiva do III Festival de Cinema Universitário de Alagoas, promovido pela UFAL (Universidade Federal de Alagoas); e também para o IV Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife, evidenciando a qualidade técnica e semântica da obra. E tal reconhecimento imediato nos ilumina, portanto, o fato de que conseguimos garantir a apropriação dos comandos e mecanismos básicos necessários para uma boa produção audiovisual, que era um de nossos objetivos específicos.



Além disso, caminhamos a passos largos no sentido de amadurecermos nossas discussões em torno da utilização desses curtas-metragens como práticas pedagógicas que auxiliem na valorização dos saberes étnicos tradicionais em sala de aula; sem mencionar que cada vez mais nos aproximamos do aperfeiçoamento metodológico dessas didáticas, pois esse ainda é um campo relativamente novo nas reflexões acadêmicas, e mesmo assim, as Oficinas foram objeto da matéria de capa do segundo volume da Revista UFF, publicada em setembro de 2013, assegurando-nos sucesso em nosso segundo objetivo específico, que visava ampliar os diálogos acerca das contribuições do Cinema e do Audiovisual para a consolidação dos Territórios Etnoeducacionais.

Mesmo que por hora as Oficinas Audiovisuais tenham atingido os objetivos gerais e específicos da Ação de Extensão que as originaram, ainda temos um longo caminho a ser trilhado, pois agora com os curtas documentários finalizados, iniciará o processo prático de utilização desse material didático nas salas de aula indígenas, para melhor aprofundarmos as reflexões em torno da eficácia e legitimidade dos vídeos como caminho para a valorização dos conhecimentos e saberes étnicos no espaço das escolas estaduais situadas nos etnoterritórios Guarani; assim, imergirmos mais profundamente na realidade vivida diariamente pelos educadores, realizadores, e estudantes indígenas no exercício de suas funções cotidianas na Escola, nos aproximando ainda mais das barreiras e dificuldades enfrentadas por nossos interlocutores, na efetivação de suas demandas para introdução do Cinema como dinâmica plausível e possível, na construção histórica da Educação Étnica desejada por eles.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez, Palestra sobre Educação Básica e Movimentos Sociais. O Movimento Social no campo é educativo. In.: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo. Por uma Educação Básica do Campo.** Brasília: Entidades Promotoras da Articulação por uma Educação Básica do Campo. p. 15-52
- BANIWA, Gersen. Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. In: PIMENTA, José; SMILJANIC, Maria Inês (Org.). **Etnologia Indígena e Indigenismo.** Brasília: Editora Positiva. Brasília, 2012
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Nhembo'ê. Enquanto o Encanto Permanece.** Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani. 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Porto Alegre, RS.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Panambi: Um Caso de Criação de uma Terra Indígena Kaiowá.** Cadernos de Graduação. n. 5. Rio de Janeiro: EDUFF, 1994, p. 60-67.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1982.
- D'ANGELIS, Wilmar. Ensino conteudístico na escola indígena: atitudes indiferenciadas na escola diferenciada. In: _____. **Aprisionando sonhos: educação escolar indígena no Brasil.** Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2012.
- FREITAS, Maria Inês de. Pedagogia Indígena no Processo de Escolarização: uma visão Kaingang. In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. (Org.). **Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena,** 6, 2005, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2005.
- GIROTTI, Renata Lourenço. **Balço da educação escolar indígena no município de Dourados.** Revista Tellus, ano 6, n. 11, Campo Grande, 2006.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série antropológica, n. 322. Brasília, 2002.
- LUCIANO, Gerssem J. S. **Projeto é como o branco trabalha.** As lideranças que se virem para nos ensinar. Dissertação. Departamento de antropologia, Universidade Brasília, 2006.
- MELIÁ, Bartolomeu. **El Guarani conquistado y reducido.** Asucion, Centro de Estudios Antropológicos de La Univesidad Catolica. N. S. de Asucion, Biblioteca Paraguaya de Antropologia, 1986.
- NOBRE, Domingos. **Uma Pedagogia Indígena Guarani na Escola, Pra Quê?** Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2009.
- OLIVIERA, Jorge Eremites. **Um holocausto contra os Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul?.** 2012. Disponível em: www.ufgd.edu.br.> Acesso em 2012.
- PIMENTEL, Spensy. Cantos Xamânicos: as palavras que agem. **Revista Índio.** n. 01, ano 1, Edital de Revistas do Programa Cultura e Pensamento; Associação dos Amigos da Casa Rui Barbosa, 2010, p. 14-19.
- POSEY, Darell. **Cineastas Indígenas: um outro olhar.** Disponível em: http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_guiia_prof.pdf>. Acesso em: 07/09/2013

REVISTA Caros Amigos. São Paulo: Editora Casa Amarela, n. 51, ano 14, out. 2010, p. 10.

REVISTA Guarani Retã. Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Editor Bartomeu Melià. 2008.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Alhambra/Embrafilme, 1981.

SANTEIRO, Sérgio. **Catálogo da mostra “Cineastas e Imagens do Povo”**. Rio de Janeiro, RJ: CCBB -Centro Cultural Banco do Brasil, 2010.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. 3.ed. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.

XAVIER, Ismail (Org.). **A experiência do Cinema: ontologia**. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, 1983.

Contatos relevantes à pesquisa

https://www.facebook.com/ascuri.brasil/info/?tab=page_info página do Facebook da ASCURI

https://www.youtube.com/channel/UC_EvIOBMTbte94t3YtJWT_Q canal da ASCURI no youtube

<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/li-ufgd-teko-arandu/> página da Licenciatura Intercultural Teko Arandu da UFGD

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/faind> página da FAIND